

# **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO REGULAR**

Milene Ribeiro Machado  
Mestranda do PPGE/CPAN/UFMS/MS/CAPES

Edelir Salomão Garcia  
Docente do PPGE/CPAN/UFMS/MS

**Eixo temático:** 3 - Deficiência intelectual

**Categoria:** Comunicação Oral

**Resumo:** O texto analisa os impactos das políticas públicas voltadas para a escolarização de pessoas com deficiências. Para tanto, utilizamos como fonte de análise, os microdados que compõem o Censo Escolar da Educação Básica, divulgados pelo INEP, do Ministério da Educação, afinando nossa apreciação para os índices de matrículas de alunos com deficiência intelectual no município de Corumbá- MS, entre os anos de 2007 a 2010. As primeiras análises desenvolvidas nesse ensaio sinalizam para uma preeminência dos sistemas de ensino segregado sobre os inclusivos.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Matrículas. Educação Básica.

## **Introdução**

Nas últimas décadas, as orientações acerca da educação de alunos com deficiências buscaram contemplar um modelo de ensino inclusivo. De acordo com Kassir (2011), a proliferação das ideias de educação inclusiva, pode-se atribuir a três aspectos fundamentais: o primeiro reflete as mudanças ocorridas pelo mundo relativas ao atendimento das pessoas com deficiência em decorrência dos conflitos bélicos; seguido do movimento de pessoas com deficiências ou de países ligados a elas, que a partir dos anos de 1950, passaram a se organizar em associações para promoção e defesa dos direitos; por último, aos acordos e convenções internacionais.

Em relação às convenções e aos compromissos internacionais firmados pelo Brasil, a década de 1990 merece destaque, devido a fomentação dos debates em torno do direito de todos à educação. Tendo em vista a realização da Conferência Mundial de Educação para todos, firmada em Jomtien, Tailândia, nos anos de 1990, da qual o país é um dos signatários e por sua

vez, assumiu o compromisso de universalizar a educação básica e de construir um sistema educacional inclusivo.

Ainda, no bojo das conferências internacionais, temos a Declaração de Salamanca, concebida nos anos de 1994, que contribui para intensificar os discursos inclusivos, reforçando o preceito de que a educação de pessoas com necessidades especiais seja parte integrante do sistema educacional e estabelecendo o dever dos governos em promover e gerenciar políticas e ações que contemplem a inclusão de todos os indivíduos, independente de suas diferenças, no sistema regular de ensino, construindo uma sociedade inclusiva. Além disso, a Declaração é apontada por Glat, Fontes & Pletsch (2006) como uma das mais importantes referências internacionais no campo da Educação Especial.

Dessa maneira, como resultado dos embates entre os diferentes setores da sociedade e das determinações externas ao país, Kassab (2011) reflete que nos últimos anos Educação Especial vem ganhando contorno de política pública. Uma vez que, em consonância com as proposições internacionais, no Brasil visualizou-se a elaboração de leis e diretrizes que expressam o direito de pessoas com necessidades especiais a serem incluídas no sistema regular de ensino, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos de 1990, da Política Nacional de Educação Especial, em 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos anos de 1996, da Resolução CNE/CEB 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, entre outros. Ademais, cabe lembrar que desde a Constituição Federal de 1988, fica resguardado o direito de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nessa direção, sob o enfoque legal a proposta de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino passou a contemplar um número significativo de programas e ações. Dentre os quais podemos elencar: o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, lançado pelo Ministério da Educação, em 2003, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos e promover a

formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros; o Programa BPC na Escola, em 2007, que realiza o acompanhamento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC); o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial (modalidade a distancia), em 2007, que visa apoiar a formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, que é desenvolvido em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior – IPES; o Programa de Implantação de Salas de Recurso Multifuncionais, em 2007, que disponibiliza aos sistemas públicos de ensino, equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a oferta do atendimento educacional especializado nas escolas públicas de ensino regular; entre outros.

Logo, mediante ao movimento em prol de um sistema inclusivo, das determinações externas ao país e a fomentação de programas e ações para a promoção do acesso, permanência e qualidade da educação de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Neste trabalho, objetivamos analisar os impactos das políticas públicas voltadas para a escolarização de pessoas com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Para tanto, o texto é construído em dois momentos distintos, no primeiro, realizamos uma discussão acerca do conceito de políticas públicas e, por conseguinte, para reflexão dos impactos das políticas educacionais voltadas para inclusão de alunos com deficiência no sistema de ensino regular, apresentamos os dados referentes ao número matrículas de alunos com deficiência intelectual no município de Corumbá-MS, entre os anos de 2007 a 2010.

Assim sendo, nas palavras de Hofling (2001) estamos partindo da compreensão de que antes de se avaliar os programas, projetos ou mesmo as políticas públicas é fundamental se referir às chamadas questões de fundo, e uma destas relações fundamentais é a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em determinado período histórico. Isto é, para se focalizar os resultados ou impactos das políticas públicas sociais, devemos

abarcam os diferentes aspectos que sempre estão referidos a um contorno de Estado do qual eles se movimentam.

## **1- Escólios sobre Políticas Públicas e as formas de intervenção do Estado**

Segundo Hofling (2001), as políticas públicas representam o Estado em ação, ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Logo, são de responsabilidade do Estado quanto a sua implementação e manutenção, se engendrando a partir de um processo de tomada de decisões, que envolvem os órgãos públicos e os diferentes organismos e agentes da sociedade.

Di Giovanni (2009) reflete que o conceito de políticas públicas vai além da simples ideia da intervenção Estado numa situação social considerada problemática. Mais do que isso, a noção representa uma maneira contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultantes de uma complexa interação entre Estado e a sociedade no sentido amplo da palavra, incluindo assim, as relações sociais travadas também no campo da economia.

Já Souza (2006) aponta que não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública, mas a definição mais conhecida é a de que as decisões bem como a análise sobre políticas públicas implica responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz.

Dessa maneira, lembrando o pensamento de Enguita (1996) cogitamos que não existe nenhuma dúvida sobre o caráter central e paradigmático da educação, já que ela representa e incorpora a ideia de uma sociedade justa e de oportunidades igualitárias, uma vez que a política educativa afeta os cidadãos de modo direto no início de suas vidas e traz consigo a crença de ser por si mesmo um importante determinante das oportunidades de vida individuais e sociais.

No entanto, as políticas públicas sociais e dentre elas, a educação, se situam no interior de um tipo particular de Estado, assumindo “feições” diferentes em diferentes sociedades, fato que acaba por impossibilita pensar o Estado fora de um projeto e de uma teoria social. Isto é, em termos concretos

no caso brasileiro, temos que a política educacional se insere no contexto de um Estado capitalista. (HOFLING, 2001)

Convém lembrar que, assumindo o pensamento marxista, temos que no modo de produção capitalista o lucro está na mais-valia, que é o trabalho expropriado do trabalhador e retirado a partir da produção em massa. Contudo, esse movimento gera um conflito dentro do sistema capitalista, devido a superprodução de mercadorias, o que leva o mesmo as crises cíclicas.

A literatura que analisa a gênese e o desenvolvimento histórico do capitalismo, começando pelas análises de Marx, Engels e Rosa de Luxemburgo, nos dá conta que, de tempos em tempos, o sistema, de forma global, enfrenta crises violentas e colapsos que não advêm de fatores exógenos, mas justamente do caráter contraditório do processo capitalista de produção. As crises de 1914, 1929 e agora a crise que se apresenta de forma brutal dos anos 70/90, exemplificam estas erupções violentas de um processo de crises cíclicas. (FRIGOTTO, 2003, p.65).

Assim sendo, o sistema de acumulação capitalista engendra em seu desenvolvimento problemas estruturais e em momentos de profunda assimetria nas relações entre os proprietários de capital e os proprietários de força de trabalho. Cabendo ao Estado atuar como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalista em seu conjunto e nesse caso, a Política Social seria a forma em que o Estado responderia aos problemas estruturais, gerando intervenções atingiriam a sociedade como um todo. (HOFLING, 2001)

Quanto ao processo de elaboração das políticas públicas, Souza (2007), destaca que nas sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno, estariam mais próximos as perspectivas teóricas dos que defendem uma autonomia relativa do Estado. Isto é, o Estado teria um espaço próprio, mas outros segmentos que não os governos estariam envolvidos na formulação das políticas públicas, tais como os grupos de interesse e os movimentos sociais, cada qual com maior ou menor influência nas tomadas de decisões.

Dito de outra maneira, o desenho das políticas públicas poderia ser entendido como reflexo dos embates de força entre os diferentes setores da

sociedade e por sua vez, de acordo com Souza (2007), o conhecimento do campo denominado políticas públicas, bem como sua elaboração, implementação e avaliação, tem tornado-se cada vez mais relevante devido a três fatores: primeiro, a adoção de políticas restritivas de gasto; segundo a substituição das políticas *Keynesianas* por novas visões que transformaram as políticas sociais universais em focalizadas; e o terceiro relacionado com os países de democracia recente ou em desenvolvimento, que na sua maioria ainda não conseguiram formar coalizões políticas capazes de desenhar Políticas Públicas que impulsionem a economia e a inclusão social.

Em relação a política *Keynesiana* ela tem sua inspirada nas teses de *Keynes* e baseia-se na conciliação entre capitalismo e democracia. Esta teoria propõe harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática. Isto é, o compromisso *Keynesiano* era o de oferecer o pleno emprego através da administração da demanda e a igualdade por meio do oferecimento de serviços sociais. Ocorre que este modelo vigora com sucesso entre os anos de 1930 e tem sua crise nos anos 1960 devido ao *déficit* nas receitas governamentais, levando o Estado a priorizar a reprodução do capital em detrimento a política social. (SENNA, 2003)

No entanto, Draibe (2007) argumenta que a literatura acadêmica tem se apresentado bastante controversa a respeito do tema da proteção social nos países latino-americanos, bem como a existência e o tipo do regime de Estado de bem-estar social. Desse modo, questões sobre a vivência de políticas *Keynesianas* na América Latina ainda permanecem em aberto e por sua vez, acabam por dificultar a interpretação tanto das mudanças recentes e quanto das alternativas futuras.

Já as teorias políticas liberais idealizam as funções do Estado como estritamente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência na esfera pública e econômica. Tendo em vista, que como no capitalismo o Estado não concebe a propriedade privada também não tem o poder de interferir nela, cabendo a função de arbitrar e não regular, os conflitos que podem surgir nas relações sociais. (HOFLING, 2001).

As teses neoliberais surgem na região da Europa e da América do Norte após a II Guerra Mundial, sendo caracterizado como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem estar, encontrando na figura de Friedrich Hayek um dos maiores defensores do neoliberalismo. (ANDERSON, 2000).

Para Frigotto (2003) a tese neoliberal pode ser compreendida como:

A retirada do Estado da economia - ideia do Estado Mínimo-; a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais. (p.80-1).

Na visão de Gentili o neoliberalismo além de expressar uma atitude de governo, expressa também à hegemonia burguesa:

O neoliberalismo expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos 70. O neoliberalismo expresso a hegemonia burguesa no quadro desta nova configuração do capitalismo em um sentido global. (1998, p.230-1).

Nesse sentido, as teses neoliberais representaram uma saída política para o esgotamento do modelo *Keynesiano* e a crise enfrentada nos anos de 1970. E diferentemente do Estado de bem-estar social, o neoliberalismo defende a redução do papel do Estado e a volta das leis naturais do mercado. Desse modo, os liberais acreditam que por meio da livre concorrência a sociedade seria mais democrática e igualitária.

No entanto, seria importante chamar a atenção para o duplo propósito alcançado pelos neoliberais como sabidamente observado Gentili (1998), que alcançou êxito de um lado postulando-se como a única saída política para a crise dos anos de 1960 e 1970 e por outro realizando uma reforma ideológica, que ocasiona a legitimação das propostas dominantes. Podendo dizer que os governos com inspiração neoliberal, (...) *não só transformam materialmente a*

*realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes dolorosa) para a crise. (Ibid., p.11).*

Dessa maneira, podemos argumentar que os governos neoliberais promovem mais que uma mudança estrutural, mas também uma mudança cultural na medida em que se pautam no mérito, na individualidade e na liberdade de escolha para justificar as desigualdades sociais. Tanto que, a premissa neoliberal de igualdade nas relações sociais a partir da volta das leis do mercado e da isenção do papel do Estado pode se revelar como (...) *“liberdade do pássaro para voar, mas é também a liberdade do leão para devorar o cordeiro.”* (PARO 1999, p.103).

Logo, a despeito das políticas públicas em governos neoliberais, ponderamos que a adoção de políticas restritivas de gasto e a redução do papel do Estado como mediador das relações sociais acabam por modificar o desenho e a finalidade das políticas públicas, uma vez que esta perde seu caráter universal e se transforma em medidas paliativas e focalizadas.

Em um Estado neoliberal as ações e estratégias sociais governamentais incidem essencialmente em políticas compensatórias, em programas focalizados voltados àqueles, que em razão de sua “capacidade” não usufruem do progresso social. Tais ações não têm poder- e frequentemente não se propõem a- de alterar as relações estabelecidas na sociedade (...). Penso que uma administração pública (...) devem estabelecer como prioritários programas e ações de caráter universalizantes, que possibilitassem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social. (HOFLING, 2001, p.39).

Desse modo, refletimos que seria ingênuo acreditar que ações pontuais pudessem equalizar as diferenças sociais ao ponto de incluir os grupos mais desfavorecidos da população. Mas, conforme as considerações de Frigotto (2000), temos que a direção assumida pelas políticas educativas, no âmbito das reformas neoliberais, exemplifica um comportamento esquizofrênico da forma capital hoje, o qual aumenta a desigualdade na sua base estrutural e em suas políticas, elaborando estratégias focalizadas de administrar esta desigualdade.



## 2- Dados da educação básica no município de Corumbá-MS

Conforme mencionado, como instrumento de análise para avaliar os possíveis impactos das políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema regular de ensino, foi utilizado neste trabalho os microdados que compõe o Censo da Educação Básica divulgados pelo INEP, entre os anos 2007 a 2010. Contudo, como já afirmamos, reduzimos nossa coleta somente para as matrículas dos alunos considerados com deficiência intelectual.

Ao centrar nossa análise na deficiência intelectual, queremos atentar para o risco da proximidade entre a educação especial e o fracasso escolar, que conforme apontado pela literatura acaba por descaracterizar a primeira. (KALMUS, 2000; GARCIA, 1999; AMARAL, 1998). No entanto, apesar das ponderações, o que se percebe é a continuidade dessa relação, uma vez que o fracasso escolar faz parte das próprias características que distinguem o “deficiente mental”, como o insucesso escolar e os desvios comportamentais. (YAMAMOTO, 1988) E, por conseguinte, em meio às deficiências, a deficiência intelectual tem sustentado um número superior de matrículas do total da educação especial.

**Quadro 1:** Matrículas de alunos com DI no município de Corumbá – MS (2007)

Matrículas de alunos no município de Corumbá – MS								
	Matrículas no Ensino Regular	%	Matrículas no Ensino Especializado	%	Matrículas na EJA	%	Total de matrículas	%
Matrículas Gerais	29475	84,4	167	0,5	5288	15,1	34930	100
Alunos c/ DI	33	29,7	66	59,5	12	10,8	111	100

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2007)

Com relação aos dados de matrículas, pontuamos que o município de Corumbá- MS, nos anos de 2007, concentrou um total de 34930 matrículas de alunos na educação básica. Desse absoluto, verificamos que apenas 286 ou 0.8% dos alunos possuíam algum tipo de necessidade educativas especial. Tais informações nos permite apontar alguns percalços para a inclusão no município analisado, como o ínfimo atendimento das pessoas com deficiência

e, que ainda estaria aquém do desejado, se presumirmos a estimativa da OMS, de 10% da população com algum tipo de deficiência como também, o baixo acesso ao atendimento escolar quando comparado a média nacional de 1,25% das matrículas de alunos com algum tipo de deficiência (BUENO; MELETTI, 2011)

Ainda, nesse contexto, temos que do total das matrículas de alunos com deficiência intelectual, somente 29,7% dos alunos frequentavam o sistema de ensino regular, sendo que os outros 10,8% dos alunos estavam matriculados na Educação de Jovens e Adultos e a maioria absoluta, com 59,5 % dos alunos permaneceram matriculados em Instituições de Ensino Especializado. Embora, haja a possibilidade de duplicidade de matrículas, nos parece que a predominância dos sistemas de ensino segregados sobre os inclusivos, não reflete ao número significativo de ações e os programas voltados para a promoção da inclusão.

**Quadro 2:** Matrículas de alunos com DI no município de Corumbá – MS (2008)

Matrículas de alunos no município de Corumbá – MS								
	Matrículas no Ensino Regular	%	Matrículas no Ensino Especializado	%	Matrículas na EJA	%	Total de matrículas	%
Matrículas Gerais	28337	83,1	122	0,4	5638	16,5	34097	100
Alunos c/ DI	41	37,3	63	57,3	6	5,4	110	100

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2008)

Já no quadro 2 podemos notar duas situações, a primeira a queda tendencial das matrículas nas modalidades EJA e Ensino Especializado e a segunda o aumento de matrículas no Ensino Regular. No entanto, o aumento de 7,6% das matrículas de alunos com deficiência intelectual no Ensino Regular se torna inexpressível mediante a diminuição de 50% da demanda da população educacional que caracteriza a modalidade de ensino EJA, fato que não evidencia a proposição da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada nos anos de 2010, na qual ficou entendido que as ações de educação especial deveriam ser ampliadas ao seu público-alvo de jovens e adultos, proporcionando oportunidades de escolarização, formação e inserção no

mundo do trabalho, proporcionando uma efetiva participação social de todos. (LAPLANE; PRIETO, 2010).

**Quadro 3:** Matrículas de alunos com DI no município de Corumbá – MS (2009)

Matrículas de alunos no município de Corumbá – MS								
	Matrículas no Ensino Regular	%	Matrículas no Ensino Especializado	%	Matrículas na EJA	%	Total de matrículas	%
Matrículas Gerais	28095	84,8	111	0,3	4928	14,9	33134	100
Alunos c/ DI	43	31,9	87	64,4	5	3,7	135	100

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2009)

Com relação aos dados apresentados no quadro 3, observamos que a diminuição do número de matrículas de alunos com deficiência intelectual continuou sendo expressiva na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Já inversamente, no mesmo período se percebe o aumento do número de matrículas no Ensino Especializado, que por sua vez supera o ano base da análise, representando 64,4% das matrículas.

Diante da alta concentração das matrículas em Instituições segregadas, refletimos que no município de Corumbá ainda resta um longo caminho para a efetivação de uma educação dita inclusiva. Contudo, parece importante salientar que desde os anos de 2003, o município de Corumbá atua como município-polo do Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade, e segundo Kassir e Garcia(2009) até os anos de 2009 já havia elaborado três seminários de educação inclusiva e capacitado, de acordo com os registros, 360 profissionais em serviço.

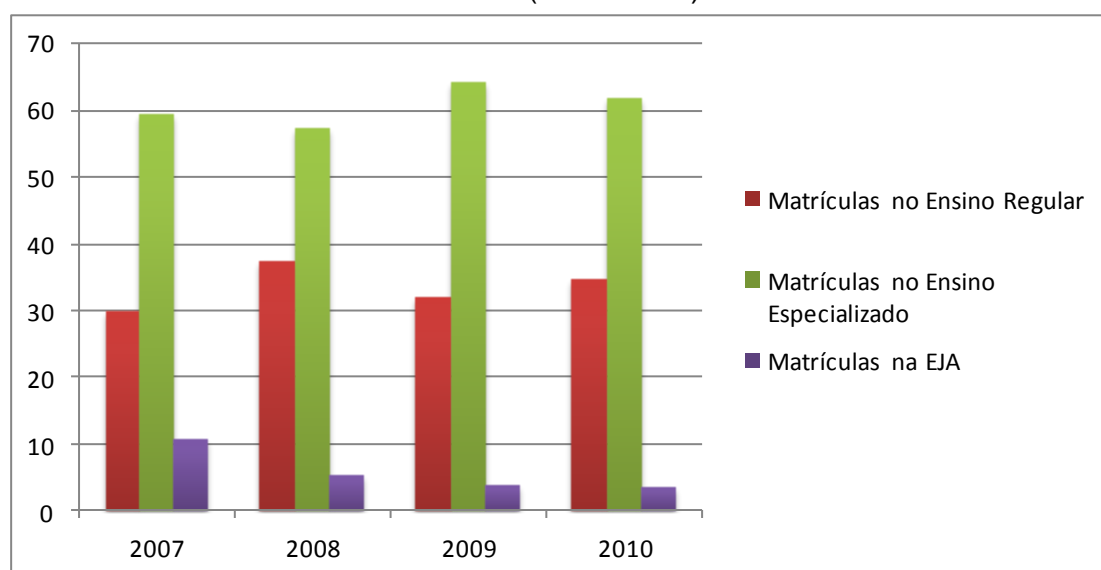
**Quadro 4:** Matrículas de alunos com DI no município de Corumbá – MS (2010)

Matrículas de alunos no município de Corumbá – MS								
	Matrículas no Ensino Regular	%	Matrículas no Ensino Especializado	%	Matrículas na EJA	%	Total de matrículas	%
Matrículas Gerais	28442	88	117	0,4	3763	11,6	32322	100
Alunos c/ DI	59	34,7	105	61,8	6	3,5	170	100

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2010)

O quadro 4 apresenta a linearidade do número de matrículas observadas no quadriênio, seguindo as tendências de diminuição na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, pequenas oscilações nos números de matrículas do ensino regular e a permanência de mais de 50% das matrículas no Ensino Especializado. Apesar do aumento do número alunos com deficiência intelectual recebendo algum tipo de atendimento escolar, durante o período ressaltado, que foi de 111 para 170, cabe lembrar que de acordo com os dados estes alunos não estavam majoritariamente incluídos no Ensino Regular. Desse modo, o conjunto das matrículas revela que os princípios e as orientações para a educação inclusiva, como as referenciados ao longo do nosso texto, têm ocorrido de forma pouco expressiva mediante a superioridade das matrículas no Ensino Especializado.

**Gráfico 1:** Total de matrículas de alunos com deficiência intelectual, conforme as modalidades de ensino. (2007-2010)



Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar da Educação Básica: microdados (2007, 2008, 2009,2010)

A partir do gráfico 1 podemos constatar a distribuição das matrículas de alunos com deficiência intelectual durante o quadriênio. Sendo possível apontar que nos anos de 2009, o Ensino Especializado contou com o maior número de matrículas superando a média do período observado. Em relação ao Ensino Regular, destaca os anos de 2008, com o maior número de matrículas de alunos incluídos, seguido de queda acentuada nos anos de 2009 e com leve

alta nos anos de 2010. No que se refere a Educação de Jovens e Adultos, essa modalidade de ensino sofreu queda tendencial, iniciando com uma representativa nos anos de 2007 de 10,8 % do total de matrículas e ao final do espaço observado terminou com 3,5% de estudantes matriculados nessa etapa. Ademais e de acordo com os números quantitativos, apontamos que o sistema de Ensino Especializado, no município de Corumbá-MS, se manteve hegemônico durante todo período, sendo que no último ano de análise contou com um percentual 61,8% do total de matrículas de alunos com deficiência intelectual, estatística pouco diferente do início da análise, que era 59,5% das matrículas.

### **Considerações Finais**

Acreditamos que longe de esgotar as possíveis análises que poderiam ser realizadas a partir dos dados de matrículas contemplados nesse trabalho. A primeira constatação que podemos verificar no município observado é que ocorreu um pequeno aumento nas matrículas de alunos com deficiência intelectual durante o período em estudo. No entanto, esse aumento oscilou entre o ensino regular e o ensino especializado, sendo que o maior quantitativo do atendimento educacional ainda concentra-se na instituição especializada. Outro fator que foi evidenciado refere-se as matrículas desses alunos na modalidade de EJA, pois as mesmas decresceram anualmente. Esses fatos mostram a necessidade de estudos empíricos para verificar essas nuances entre o atendimento regular, especial e EJA.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL. Tatiana Platzer. **Recuperando a história oficial de quem já foi aluno especial**. São Paulo, 1998. 175 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs). **Pós-neoliberalismo: As políticas sócias e o Estado democrático**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.p.9-23.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Brasília: **Imprensa Oficial**, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Acontece Especial**. Piracicaba: UNIMEP, fev.1997.

COLLARES, C. A. L., MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A patologização da educação). **Série Idéias**. n. 23, p. 25-31. São Paulo: FDE, 1994. Disponível em: <[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/amb\\_a.php?t=008](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/amb_a.php?t=008)>. Acesso em: 20 de jan. 2011.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de pesquisa**, Campinas, n.82, 2009. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 20 de jun. 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas. v.23,n.80. set./2000, p.299-325. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 15 de mar.2012..

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo, Cortez: 2003.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Edição Especial. Marília, set./dez. 2006, v.12, n.3, p. 299-316. Disponível em <<http://www.scielo.br> >Acesso em 19 de jun. de 2012.

GENTILI, Pablo. Adeus à Escola Pública: A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Plabo (org.). **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p.228-270.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes** [online]. 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41. Disponível em <<http://www.scielo.br> >Acesso em 12 de jun. de 2011.

KASSAR, M. C. M. Percursos da Constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v. 17, 2011, p.41-58 Disponível em <<http://www.scielo.br> >Acesso em 12 de jun. de 2011.

KALMUS, Jaqueline. **A produção social da deficiência mental leve**. São Paulo, 2000. 91p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

LAPLANE, Adriana Lia Frizman; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010: Perspectivas para o novo plano nacional de educação. **Educação & Sociologia**, Campinas, v. 31, n.112,

jul/set. 2000, p. 919-938. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>  
Acesso em: 15 de mar.2012

\_\_\_\_\_, Adriana Lia Frizman. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GOÉS, Maria Cecília Rafael; LAPLANE, Adriana Lia Frizman. (orgs.) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 5-20.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: FERRETTI, Celso J; SILVA, João dos Reis Jr.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs). **Trabalho, formação e currículo**: Para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p.101-120.

PATTO, Maria Helena Sousa. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 3ª. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1993.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

YAMAMOTO, Osvaldo H. Educação Especial: Fracasso ou farça? **Revista Educação em Questão**, Natal, jul/1988. p.48-62.